



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

MARIA CLARA MARQUES FAGUNDES

CANAÃ: RETRATOS DO BRASILEIRO
E DA “TERRA PROMETIDA”

Salvador
2006

MARIA CLARA MARQUES FAGUNDES

**CANAÃ: RETRATOS DO BRASILEIRO
E DA “TERRA PROMETIDA”**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social/Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Renato da Silveira

Co-orientador: Prof. Paulo César Borges Alves

Salvador
2006

AGRADECIMENTOS

A Paulo César, interlocutor generoso, pela orientação e pelo acervo bibliográfico.

A Renato da Silveira, pela orientação, pela compreensão silenciosa, e pelas excelentes sugestões - mesmo se algumas delas não soube aproveitar devidamente.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pelo investimento na minha formação.

A Ana e à minha mãe, Emília, por tudo.

Aos meus amigos – especialmente a Rômulo, pelas críticas francas e interesse neste trabalho, e a Edna, pelo exemplo. À Universidade Federal da Bahia, onde nossos horários bissextos às vezes se encontram.

RESUMO

Esta monografia discute a representação do Brasil no romance *Canaã* (1902), de Graça Aranha, bem como as perspectivas de futuro expressas pelos três personagens principais da obra, suas idéias sobre a articulação entre raça e cultura, o processo de mestiçagem e o impacto da imigração sobre a formação do povo brasileiro. Estas idéias são relacionadas às principais correntes de pensamento do período. As narrativas dos fenômenos relacionados à imigração, raça e cultura européia; os discursos sobre imigrantes e os brasileiros; o “público ideal” a quem *Canaã* se destinava; o texto e o que pretendia “demonstrar” emergem como questões importantes para a compreensão de época. *Canaã* vislumbra um Brasil que se realizaria como encontro das três raças constitutivas do país.

Palavras-chave: *Belle Époque*; Raça; Identidade Nacional - Brasil; Imigração

ABSTRACT

This monography discuss the representation of Brazil in the romance *Canaã* (1902), by Graça Aranha, along with the prospectives of future expressed by its three main characteres, their ideas about the articulation between race and culture, the racial melting process, and the impact of imigration upon the formation of the brazilian people. These ideas are related to the main tendencies of thinking in the period. The narratives of phenomena related to immigration, race and European culture, the discusses about imigrants and brazilians; the “ideal public” to which *Canaã* speaks, the text and what it intended to “demonstrate” arise as importante issues to understanding the time. *Canaã* descries a country that would be consumated by the meetings of its three races.

Keywords: *Belle Époque*, Race, National Identity – Brazil; Immigration

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	10
3	CANAÃ: CONTEXTO E HISTÓRIA	15
4	VISÕES DO BRASIL	23
4.1	MILKAU	25
4.2	LENTZ	29
4.2	JUIZ MUNICIPAL PAULO MACIEL	31
5	TIPOS BRASILEIROS EM 3X4	34
5.1	OS HOMENS DA TERRA: FELICÍSSIMO E O “PRETO VELHO”	35
5.1.1	O Preto Velho: estrangeiro em sua própria terra	36
5.1.2	Agrimensor Felicíssimo: o homem cordial	37
5.2	AS VOZES DO PODER	38
5.2.1	Itapecuru: a febre nativista	39
5.2.2	Um certo capitão Pantoja	40
5.2.3	Promotor Brederodes	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	46
	ANEXO: GRAÇA ARANHA	48

INTRODUÇÃO

O Brasil retratado pelo romance *Canaã* (1902), de Graça Aranha, e os futuros concebidos pelos personagens da obra são o material de análise desta monografia. Busca-se entender a lógica das visões de mundo, dos juízos de valor, das opiniões sócio-culturais e das estruturas de argumentação que Graça Aranha elaborou em *Canaã* para analisar o país que se buscava forjar, bem como o papel do imigrante europeu neste projeto.

O estabelecimento de uma literatura nacional e de um projeto de país freqüentemente teve na fusão étnica importante referência, seja no indianismo do Brasil-Império, seja no realismo-naturalismo e, mais tarde, na erupção modernista da década de 1920. O projeto de desenvolvimento delineado na virada do século XIX-XX incluía a inserção nos padrões de racionalidade do “mundo civilizado”. Neste contexto, branqueamento, urbanização e industrialização eram percebidos como parte de um mesmo processo “civilizatório”.

Esta monografia parte do pressuposto de que a literatura não apenas reflete a sociedade, mas também a constrói. Assim, as narrativas dos fenômenos relacionados à imigração, raça e cultura européia; os discursos sobre imigrantes e os brasileiros; o “público ideal” a quem *Canaã* se destinava; o texto e o que pretendia “demonstrar” emergem com questões importantes para a compreensão do período.

Reconhece-se, no discurso da época, uma chave para a compreensão das influências do imigrante europeu na constituição de uma identidade brasileira – já não centrada na busca de “origens”, mas no ideal de progresso. O romance presta-se

particularmente a esta análise na medida em que Graça Aranha buscou, através dos diálogos entre os personagens, representar as principais teorias do período sobre raça e cultura. Como diplomata, o autor não foi apenas um observador privilegiado, mas participou de fato da elaboração das políticas públicas de incentivo à imigração.

Em Canaã, e por muitas décadas que se seguiram, imaginou-se um Brasil que se realizaria como encontro das três raças constitutivas de nossa nacionalidade. A perspectiva não se confirmou: eis o Brasil repetidamente diante do debate racial, de re-interpretações do passado e projeções de superação deste dilema no futuro. Passado um século da publicação de Canaã, a questão racial retorna com inquestionável força ao debate político brasileiro.

Sabe-se hoje, com a decifração do genoma humano, da fragilidade da idéia de “raça” enquanto categoria biológica. O conceito é poderoso, porém, enquanto categoria social. A escandalosa desigualdade entre brancos, negros e pardos permanece; e a adoção de políticas afirmativas torna “raça”, mais uma vez, categoria instrumental quase inescapável. A hegemonia anti-racista no Brasil e no mundo pós-segunda guerra mundial, tanto nos meios acadêmicos como na grande mídia, não parece ter produzido grande efeito nos valores coletivos, dada a persistência do racismo cotidiano – em maior ou menor grau presente em todas as partes do mundo.

Assim, o debate contido em Canaã, embora datado, está longe de ser superado e traz contribuições significativas para se pensar o presente: Canaã é um sumário de visões de raça que forjaram as desigualdades atuais.

Esta monografia organiza-se em seis capítulos: quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. O segundo capítulo tece considerações sobre os pressupostos metodológicos do trabalho. O terceiro busca contextualizar a obra e, sem esgotar as infindáveis análises sobre o período, subsidiar a compreensão do diálogo que Graça Aranha estabelece em Canaã. No quarto capítulo são apresentadas as teses dos personagens principais

– Milkau, Lentz e Paulo Maciel – em relação à raça, cultura e perspectivas de futuro no país. Essas visões são comparadas às duas grandes categorias analíticas propostas por Naxara (1998) em “Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920”. O quinto capítulo é dedicado a personagens secundários, que representam arquétipos do brasileiro. Embora discutam, eles também, os destinos do Brasil, não se engajam em debates profundos como os personagens principais. O que mais nos interessa nestes personagens são suas atitudes, costumes, caráter e o quadro que suas vidas oferecem do Brasil de 1902, tal qual visto e imaginado por Graça Aranha. Por fim, as considerações finais esboçam uma síntese das conclusões desta análise.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. (Aristóteles¹)

A análise do romance *Canaã* (1902), de Graça Aranha, em relação com as principais teorias do período sobre raça e cultura constituem objeto de estudo desta monografia. Aspectos formais do texto têm importância reduzida nesta análise. Não se trata de uma crítica literária, pois as observações não pretendem fornecer elementos para melhor compreensão de *Canaã* enquanto produto literário, emitir juízos estéticos, ou identificar na obra padrões de gosto da época.

O trabalho aqui desenvolvido não se enquadra tampouco em uma “sociologia da literatura”, no sentido de caracterizar as bases sócio-culturais sobre as quais se ergue o texto literário. A literatura é, antes, uma fonte narrativa. Dados e referências ao momento histórico e intelectual têm caráter meramente ilustrativo; pretendem apenas recuperar diálogos de Graça Aranha com seus contemporâneos, introduzindo, de passagem, o *Zeitgeist* de *Canaã* ao leitor.

A literatura não interessa aqui sob um ponto de vista da estética ou estilo, e sim como relato de diálogos e práticas cotidianas, e seus discursos tácito e explícito. Iser (1996) propõe uma superação da oposição entre ficção e objetividade, ressaltando que os dados

¹ Citados por Sevcenko (1989, p. 21).

históricos, recuperáveis graças aos documentos que chegaram até o presente, não são os próprios fatos concretos, mas representações de fatos ocorridos no passado.

O processo interpretativo envolve sempre um diálogo² entre a obra e o leitor. A inteligibilidade de uma obra – os sentidos que nela se fazem possíveis – é dada por essa imbricação entre a objetividade do texto e a subjetividade do leitor. A tríade “real-fictício-imaginário” conduz a produção literária.

Embora *Canaã* seja uma obra ficcional – narrativa arbitrária – nela o diálogo com o real é particularmente evidente. Trata-se de um romance que lida com questões ideológicas sobre o “ser brasileiro”, onde Graça Aranha emprega critérios de objetividade de outras modalidades narrativas. A própria estruturação da obra remete a formas clássicas encontradas em diálogos filosóficos, e a discussão sobre o destino histórico do Brasil permeia a construção de tipos, discursos e o próprio curso do enredo.

Três teses sobre futuro, raça e modernidade são representadas, em *Canaã*, por personagens de visões distintas, dialeticamente contrapostas². Esses discursos, que representam os principais pontos de vista do período, constituem uma chave para a compreensão do país que se queria construir e das influências do imigrante e da cultura européia no processo de constituição de uma identidade brasileira já não centrada na busca de “origens”, mas no ideal de progresso. Essas teses apresentadas pelos personagens são confrontadas com as duas grandes categorias de representação do nacional no período, observadas por Naxara (1998): “fatalismo racista” e “pessimismo esperançoso”.

Os personagens secundários, em suas falas menos articuladas ao grande debate sociológico travado entre as três figuras centrais, oferecem um panorama de tipos brasileiros

² Não se deseja aqui adentrar à fecunda, mas inevitavelmente extensa, discussão acerca do conceito de dialética. Opta-se, *a priori*, por considerar a dialética platônica na qual o filósofo contrapunha opiniões divergentes a fim de se chegar, por meio de diálogos, às tão perseguidas verdades universais das quais os espíritos, segundo sua concepção idealista, haviam de ter tido contato no mundo das idéias (PLATÃO, 1997). Esta opção, porém, respeita a necessidade analítica do romance, no qual se percebem resquícios do método platônico em seus diálogos e sínteses, tão característicos da formação clássica.

da virada do século XX, tal qual percebidos, criados e imaginados pelo autor. A plausibilidade é uma modalidade imaginável, imaginária e imaginada do fato, não uma hipótese reduzível a verdadeiro / falso.

A narrativa do passado e a construção de discursos aproximam o ficcional e o científico, pois ambos – narração literária e reconstituição histórica – pressupõem processos e estratégias de organização da realidade, buscam uma coerência que depende não apenas de dados concretos, mas também da plausibilidade de uma significação possível, imaginada pelo escritor/pesquisador de tal maneira que possa ser reconstituída pelo leitor. Nenhuma reflexão é capaz de absorver tudo do real – ao mesmo tempo, no texto ficcional, o real não deixa de estar presente. Nesse sentido, a literatura e as ciências sociais reconfiguram uma determinada época, mantendo suas especificidades metodológicas. A literatura não é espelho da sociedade, mas uma força atuante, que influencia sua realidade.

A literatura oferece expectativas do devir, pois, enquanto a história ocupa-se dos fatos concretos ocorridos no passado, à literatura interessam as possibilidades. A literatura é também, portanto, a história do que poderia ter sido, das possibilidades que não se concretizaram, dos projetos que não se concretizaram... Tudo que, em diálogo e por vezes oposição, de algum modo influenciou o curso dos fatos.

Canaã costuma ser considerado um romance pré-modernista (PAES, 1991). Se é verdade que a obra, por sua própria estrutura, afasta-se do realismo-naturalismo predominante no final do século XIX, é inegável que a intenção do autor se aproxima dos pressupostos do “romance da atualidade”, característico do final do período.

Nesse contexto, a narrativa ficcional não apenas “refletia” a realidade, mas tinha efeito de normatizá-la e ordená-la, sendo parte integral da sociedade. Nessa literatura, engajada por excelência, a narrativa equilibra-se entre a sociedade “refletida” e a sociedade

idealizada. A modernização e suas bandeiras – abolição, república, democracia, educação – foram a missão tomada para si pela elite europeizada da época.

Sevcenko (1989, p.70) ressalta que, a partir da geração “modernista” de 1870, o engajamento se torna a condição ética do homem de letras. O intelectual brasileiro era escritor, jornalista, ativista político, diplomata. Abolida a escravidão, proclamada a república, permanecia, fatalmente, a questão da modernidade. Se não agora, quando?

Émile Zola, um dos principais nomes do movimento realista francês e, certamente, o de maior repercussão no movimento realista brasileiro, insistia no declínio da imaginação. O romance contemporâneo já não era um divertimento do espírito, dizia o autor, mas um esforço para ocultar o imaginário diante do real. O método científico tornara-se paradigma para a literatura, ou para uma certa literatura que sintetizou o período³.

Conforme a biografia do autor publicada no site da Academia Brasileira de Letras (ver Anexo), Canaã foi concebido a partir das notas do jovem Graça Aranha sobre sua experiência na mesma cidade retratada na obra. A tragédia de Maria Penutz, colona acusada de infanticídio, é uma versão ficcional de um processo real, testemunhado por Graça Aranha. Milkau, Lentz e todos os personagens foram construídos tendo por base uma plausibilidade necessária para que a obra alcançasse sua proposta de intervenção na constituição da opinião pública.

Enquanto diplomata graduado, Graça Aranha participou do desenvolvimento de políticas públicas de imigração. É inegavelmente redutor remeter todos os aspectos de uma obra literária a sistemas de idéias ou a fatos acontecidos; mas a essa pesquisa não interessa a obra propriamente “literária”, mas sim a obra enquanto proposta ideológica, escrita por alguém engajado, para um público que, como o autor, refletia sobre o destino de um país.

³ “Seria um estudo curioso dizer como trabalham nossos grandes romancistas contemporâneos. Quase todos estabelecem suas obras a partir de notas, tomadas longamente. Quando estudam com um cuidado escrupuloso o terreno onde devem caminhar, quando se informam em todas as fontes e têm em mãos os múltiplos documentos dos quais necessitam, somente nesse momento decidem-se a escrever.” (ZOLA, 1995, p. 25).

A análise metodológica dos textos está pautada em três eixos: a) o que é dito sobre os imigrantes e os brasileiros; b) como são narrados os fenômenos relacionados à imigração, raça e cultura européia; c) e o “público ideal” a quem era destinado o texto e o que pretendia “provar”. O diálogo com a obra não supõe a possibilidade de esgotá-la, muito menos de esgotar a realidade sobre a qual disserta.

Ao identificar e caracterizar episódios ou fragmentos narrativos que façam alusão, descrição ou comentários sobre imigrantes e nacionais, seu engajamento e seu diálogo com a identidade nacional brasileira, busca-se reconstruir visões do país na virada do século, os ideais de modernização do período e a participação dos imigrantes nesse processo.

CANAÃ: CONTEXTO E HISTÓRIA

“Ser ou não ser uma nação... Momento doloroso em que se joga o destino de um povo... Ai dos fracos!... Que podemos fazer para resistir aos lobos? Com a bondade congênita da raça, a nativa fraqueza, a descuidada inércia, como nos oporemos que eles venham? Tudo vai acabar e se transformar. Pobre Brasil!” (Paulo Maciel, personagem de Canaã)

Na virada do século XIX para o século XX apareceram tentativas diversas de compreensão sistêmica da cultura e história, pautadas por uma concepção evolucionista (NAXARA, 1998). Nesse contexto, a identidade nacional surgia como debate fundamental para o desenvolvimento do país. Quem era o povo brasileiro? O país “sem povo” descrito por Louis Couty no século XIX⁴ era percebido também por seus próprios intelectuais como desprovido de corpo social.

O período, ainda que não abandonasse completamente a causalidade mecanicista dos séculos XVII e XVIII, teve no modelo biológico o principal molde para explicação do mundo (PAES, 1991). Assim, a formação de um povo brasileiro emergia como a própria metáfora do desenvolvimento.

O futuro, grande indagação da virada do século, é o tema de Canaã. A imigração de uma “raça” tida então por superior esmagaria a população nativa? Dissolver-se-ia nela? Quais seriam as conseqüências sócio-históricas da miscigenação racial? Em Canaã, Milkau, Lentz e Paulo Maciel esboçam respostas a essas questões.

⁴ A frase “*Le Brésil n’a pas de peuple*”, cunhada por Couty, encontrou grande repercussão no país, tornando-se senso comum no final do século XIX (NAXARA, 1998, p. 38).

A obra, publicada em 1902, é um registro polifônico de idéias, dialeticamente contrapostas. Dois jovens alemães, em grande medida atípicos pela origem social – o fidalgo Lentz e o erudito Milkau – se estabelecem como colonos no Espírito Santo. Em diálogos constantes com os habitantes locais, projetam o futuro – seu próprio e do país.

O “romance sem história”⁵ ganha ares de melodrama quando a utopia de Milkau esbarra na história trágica de Maria. Grávida do filho dos patrões, fora expulsa da casa onde havia sido criada. Depois de vagar pelos campos e aldeias, deu à luz, sozinha, um bebê, e desmaiou após o parto. A criança foi devorada por porcos selvagens e Maria, presa por infanticídio. O romance termina quando Milkau liberta Maria e juntos vagam pelos campos, buscando a “terra da promessa”.

Em Canaã, Graça Aranha buscou sintetizar as principais acepções do período sobre o povo brasileiro e o novo país que se tentava forjar. No mesmo ano, Euclides da Cunha celebrava, com “Os Sertões”, o crepúsculo da vida sertaneja. A apocalíptica batalha entre o “progresso” republicano e o Brasil profundo – agrário e patriarcal – é denunciada, ao mesmo tempo, como um crime e como inevitável. Mas a Nova Jerusalém de taipa erguida por Antônio Conselheiro não cederia sem lutar ao futuro na “Canaã” de Graça Aranha.

Como Graça Aranha, Euclides da Cunha também serviu ao Itamaraty. A inevitabilidade do progresso, com o esmagamento do Brasil caboclo e rural, permeia o pensamento de ambos. O “hoje” de Canaã refere-se aos primórdios da República, sua instabilidade, e a decadência de tradicionais propriedades agrícolas. O “antigamente”, muitas vezes retomado com certo saudosismo em Canaã, remete à estabilidade do país no Segundo Reinado.

Euclides da Cunha faz uma distinção entre o caboclo, que seria uma raça – ou sub-raça – já constituída e os “lamentáveis mestiços”. Em Canaã, a constituição de uma raça

⁵ Canaã é incluído nos *Estudos de literatura brasileira* de José Veríssimo na categoria moderna de “romances sem enredo” (PAES, 1991, p. 163)

(ou sub-raça) nacional é tema freqüente de especulações dos seus personagens. É neste “novo brasileiro” que Lentz e Paulo Maciel depositam a esperança no futuro do país.

O projeto civilizatório então delineado parecia exigir uma mudança subjetiva da sociedade. A dicotomia “Civilização x Barbárie” era a tônica do pensamento da época. Nesse contexto, o racismo dito “científico” teorizava sobre as raças mais aptas à civilização.

É verdade que o racismo em tempo algum constituiu uma novidade radical, de modo que seria inútil tentar traçar suas origens remotas. Entretanto, foi sobretudo no século XIX que a ideologia discriminatória ganhou credibilidade como concepção “objetiva” de mundo, oficialmente reconhecida, num processo que se intensificou na Europa até o início do século XX. O crescente prestígio da ciência a partir da Revolução Francesa, sua entrada nas Universidades até então controladas pelo clero, sua colaboração fecunda com a indústria e a expansão de organizações setoriais contribuíram para a glorificação do cientista – termo que, cunhado em 1840, logo se tornaria corriqueiro (SILVEIRA, 1999, p. 90-93).

O discurso da ciência já não poderia ser contestado senão dentro da própria ciência. Assim, o racismo científico, oficializado, proporcionava uma re-organização do imaginário e dos padrões de credibilidade em escala global. O imenso processo de transformações e a aceleração do ritmo de vida trazida pela expansão do capitalismo-industrial pareciam exigir uniformização da desordem cultural do planeta e sua inserção nos padrões europeus de civilidade e modernidade. *A força da ciência era a força do ocidente* (SILVEIRA, 1999, p. 90).

Durkheim e Comte, grandes teóricos do período, consideravam a modernização como vitória contra o modo tradicional de viver, tido por retrógrado (SILVEIRA, 2005, p. 40). Em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998) já caracterizavam a modernização capitalista como uma mudança acelerada, dissolução de valores, um tempo

onde *dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas (...); as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar.*

Este desmonte de modos de vida encontrou profunda resistência no Brasil tradicional. As batalhas não eram apenas ideológicas, mas repressivas. O exército e a opinião pública organizaram-se contra Canudos – o “progresso” se fazia agressivamente, esmagando com literatura e armas seus inimigos. Mas a tradição não se rendia fácil: a capital federal enfrentou, em 1904, motim popular contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola.

A nova sociedade não tolerava tampouco a cultura e a religiosidade populares. Sevcenko (1989, p. 33) observa que, enquanto as autoridades ocupavam-se da perseguição ao candomblé, o cronista João Luso manifestava no *Jornal do Comércio* seu desassossego com a expansão dos cultos, inclusive nas zonas urbanas.

A chegada massiva de imigrantes europeus, ocorrida nesse período (ver Tabela 1), se deu, portanto, em meio a ideais de progresso e modernização fortemente influenciados pela hierarquização das raças proposta pelo darwinismo social, que pregava a aplicação utilitarista da antropologia racial, utilizando linguagem e métodos científicos com objetivos políticos. Embora nem todos os autores do darwinismo social cheguem a declarar, como Lapouge, que a escravidão é tão natural como a domesticação do cavalo ou do boi (SILVEIRA, 1999, p. 137), e as teorias eugênicas tenham enfrentado contestação, é inegável que o darwinismo social exerceu forte influência na mentalidade da elite letrada do período.

O branqueamento do país, a industrialização, o saneamento, e a urbanização eram percebidos como parte de um mesmo processo civilizatório. No Brasil, a decisão de estimular a imigração européia, sobretudo de italianos, em detrimento de chineses ou indianos tinha a intenção manifesta de “melhorar” a raça. O abolicionista Joaquim Nabuco foi um dos que protestou contra a imigração chinesa, que iria *viciar e corromper ainda mais a nossa raça* (apud AZEVEDO, 2001, p.92), tornando o país mongolizado como fora africanizado.

**Tabela 1 – Imigração no Brasil por Nacionalidade
Períodos Decenais: 1884-1893 a 1924-1933**

Nacionalidade	Efetivos decenais			
	1884 -1893	1894 -1903	1904 -1913	1914 -1923
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320
Japoneses	-	-	11.868	20.398
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981

Fonte: Brasil. IBGE. **Brasil, 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 226.

Os alemães representam um contingente pouco significativo dentre os imigrantes europeus. A predominância dos italianos e, mais tarde dos espanhóis e portugueses, é bastante acentuada. É muito significativa, porém, a escolha dos alemães por Graça Aranha.

A imigração dos povos ibéricos não constituía novidade: ainda no período colonial, Portugal preocupava-se com o esvaziamento do Reino pela emigração brasileira (PRADO JR., 1999). Mas os alemães não eram apenas, dentre os imigrantes europeus, os mais radicalmente diferentes do brasileiro. A Alemanha representava uma acepção de povo muito particular.

Os recém-chegados italianos, empurrados ao Novo Mundo pelas crises do período de unificação do país, não constituíam um povo uno. Ao passo que a jovem Itália, cingida ela

própria pela dicotomia norte-sul, buscava ainda inventar “italianos”⁶, os alemães existiam como tais, e assim se identificavam, muito antes da criação de um país chamado Alemanha. A política de predominância da raça, própria da Alemanha, se contrapunha à política do direito das nações adotada em países como a França (LEFORT, 2003, p. 59).

Já na segunda metade do século XIX, com a abolição do tráfico negreiro, tem início uma sistemática desqualificação do trabalhador brasileiro, tido como inadaptado e inadaptável ao trabalho livre. Data dessa época a adoção pelos escritores brasileiros de uma pecha até então atribuída ao caráter nacional apenas pelos estrangeiros: a tradicional preguiça, “descoberta” a partir da observação das sociedades rurais e tradicionais de uma perspectiva urbano-cosmopolita. A existência de duas sociedades rivais, que se antagonizam, registra-se na consciência do intelectual brasileiro (SEVCENKO, 1989, p. 32-33).

Graça Aranha, que estudou direito em Recife e foi aluno de Tobias Barreto, mantém diálogo intenso, embora por vezes velado, com a Escola de Recife, que representou um esforço para pensar o país e, como ressalta Souza (2004, p.10), buscar soluções para os problemas brasileiros a partir da análise da índole nacional. Embora utilize raça como categoria instrumental e seja evidente, aos olhos de hoje, o viés racista do livro, Canaã não se pretendia um livro racista; antes, uma desconstrução do “racismo científico” à brasileira da Escola de Recife, num período em que a própria constatação da diversidade do povo brasileiro era apresentada como descoberta.

A Escola de Recife repercutiu em praticamente todo o Brasil durante o Segundo Reinado e sua influência era ainda muito forte nas primeiras décadas da República. Abraçava de frente as idéias positivistas, naturalistas, ateístas, sob forte influência de autores como Comte, Spencer e Darwin. Sílvia Romero, um dos principais nomes da Escola de Recife, sintetizava assim sua visão do país:

⁶ “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.” (D’AZEGLIO, Massimo (1792-1866), apud HOBSBAWM, 1997).

“A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, como se julgava anteriormente e era repetida pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em um Novo Mundo. É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária, em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.” (ROMERO, 1943, v. 1, pág 39).

A visão de Romero contrasta com a teoria da degeneração que foi sua contemporânea. Nos meados do século XIX, o psiquiatra francês Morel publicou um tratado da degeneração da espécie humana⁷, com grande repercussão no pensamento do período. Um dos introdutores dessa doutrina no Brasil, o diplomata francês Gobineau, considerava as etnias não européias como ramos decaídos de uma raça primitiva e observava, na contemporaneidade, a perda de virtudes das raças européias. As nações – acreditava – perderiam o vigor quando decompostas por “elementos degenerados”:

Penso portanto que a palavra “degenerado”, aplicada a um povo, deve significar e significa que este povo não tem mais o valor intrínseco que possuía antigamente, porque em suas veias não corre mais o mesmo sangue, no qual os acréscimos sucessivos modificaram gradativamente o valor (apud SILVEIRA, 1999, p. 105)

Se, para Romero, o mestiço não é o híbrido degenerado de Gobineau e Nina Rodrigues⁸, nem por isso é percebido como adaptado, ou adaptável, à modernidade. O jovem Romero crê na presença da heterogeneidade na origem de todos os povos, como uma condição necessária para obter a unidade futura de um povo. Esta mestiçagem, porém, abriria caminho para a preponderância futura do homem branco, numa civilização luso-cristã com

⁷ *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*, publicado em 1857 em Paris (apud Silveira, 1999)

⁸ Corrêa (1998) ressalta que, para o maranhense Nina Rodrigues, o maior problema racial do país não seria o “negro puro”, mas o imenso contingente de mestiços, através do qual o sangue negro, geralmente já degenerado pela mestiçagem, poderia contaminar biológica e culturalmente a raça branca, degenerando-a.

características próprias. Mais tarde, pessimista, o autor questionaria a possibilidade desta formação⁹.

Era outro o futuro projetado, no período, pelo fatalismo racista, para o qual a afluência de imigrantes europeus fatalmente eliminaria o brasileiro fragilizado pela mestiçagem, incapaz de resistir à concorrência de povos de “sangue”, em grande medida, superior. Em Canaã, o racismo agressivo é expresso por Lentz. Sem a eliminação do mestiço, a civilização *seria sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro* (ARANHA, 2005, p. 38).

A Lentz se contrapõe o otimismo radical de Milkau, que desembarca no Brasil inebriado diante da natureza luxuriosa como o primeiro homem no Éden. Os desafios de assentar-se no Espírito Santo não abalam a crença na terra prometida – a Canaã do título. Entre eles, o ceticismo de Paulo Maciel, marcado pela tristeza de assistir a província e a nação inevitavelmente transformadas, transfiguradas pelos estrangeiros que não podem combater. Projeta-se no futuro um desenvolvimento que se opõe ao presente, que é sua própria negação.

⁹ Em *Contos Populares do Brasil* (1885), Romero elogia o mestiço como genuíno brasileiro que consagrou as raças e a vitória das três. Mais tarde, em *Provocações e Debates* (1908) diria que as boas qualidades dos colonos europeus se dissolveram no contato com índios e negros (ROMERO, 2002 e 1910)

VISÕES DO BRASIL

A busca de uma identidade nacional perpassou a literatura brasileira desde a independência política. A necessidade de distanciamento dos colonizadores europeus, a situação de escravidão dos negros e a própria dificuldade em encontrar um tipo brasileiro geral, presente em todas as regiões, levaram à idealização dos indígenas e à escolha destes como arquétipo nacional.

Na passagem do século XIX para o século XX, a situação se invertera. A modernização era identificada explicitamente com povos europeus. Este ideário foi fundamental para o estabelecimento das políticas de estímulo à imigração desses povos. O debate que se estabelecia em torno da formação de um povo brasileiro era muito mais complexo que o indianismo independentista. Os europeus representavam, ao mesmo tempo, uma “melhora da raça”, mas também uma ameaça a um povo imaturo.

Naxara (1998) articula as acepções do período em duas grandes tendências, ambas influenciadas por idéias evolutivistas. Para o fatalismo racista, a extinção dos brasileiros era inevitável: a competição com povos mais desenvolvidos – que, acreditava-se, eram mais resistentes, férteis e biologicamente dominantes – inevitavelmente levaria à diminuição sistemática da população nativa, até o ponto do extermínio.

Em 1911, conforme relata Schwarcz (1994), o diretor do Museu Nacional Brasileiro, João Batista Lacerda, apresentou no I Congresso Internacional das Raças, em Londres, a tese “Os mestiços do Brasil”, prevendo que em cem anos – isto é, em 2012 – os negros desapareceriam da população brasileira, e os mestiços estariam reduzidos a 3% do

total. Previsões “menos otimistas” davam por certa a extinção dos negros em dois, três, ou quatro séculos.

No artigo *L’immigration au Brasil*, publicado em 1873, Gobineau decretou a inevitabilidade do desaparecimento do brasileiro, “até o último homem”, devido ao seu caráter mestiço. Estaríamos extintos em 2143, precisos 270 após a publicação do artigo (SILVEIRA, 1999, p.110).

Outra tendência, que a autora chama de “pessimismo esperançoso”, acreditava na possibilidade de miscigenação entre nativos e locais. Uma miscigenação que, se por um lado transformaria os nativos e tornaria irreconhecível a face do país, por outro, permitiria o desenvolvimento, através da melhoria da raça e da criação de um povo com características próprias.

O fatalismo racista é representado, em Canaã, pelo personagem Lentz. Um otimismo de inspiração quase religiosa, que não corresponde exatamente às duas grandes teses observadas por Naxara (1998), é representado por Milkau. A crença no futuro do país, na cordialidade do brasileiro e na emergência de novo homem através da miscigenação alimenta um inabalável otimismo que neutraliza o temor de que a sobreposição de culturas brutalizasse o caráter nacional, aniquilando-o. Milkau esboça uma distinção entre raça e cultura, embora não se desvencilhe do conceito de raça como categoria instrumental – raça, antes mesmo que “sociedade” ou “comunidade”, era a categoria analítica fundamental dos sociólogos e antropólogos do período.

O juiz municipal Paulo Maciel aproxima-se mais do pessimismo esperançoso – ou nem tão esperançoso. O crepúsculo do brasileiro, que fatalmente perderia suas características na dissolução com povos europeus, impregna de melancolia suas reflexões. Maciel identifica o poder do mestiço com a situação de crise no país. No futuro, um novo povo, branco, poderia

trazer ao país possibilidades de inserção na nova ordem – capitalista, industrial, urbana e cosmopolita.

O Brasil é visto sob a perspectiva do branco, estrangeiro ou nacional. Busca-se, a seguir, identificar, no discurso desses três personagens e no desenrolar dos acontecimentos que lhes envolve, suas teses sobre raça, cultura e futuro do país.

4.1 MILKAU

Era um varão forte, com a pele rósea e branda de mulher, e cujos olhos, da cor do infinito, absolviam, recolhiam docemente a visão segura do que ia passando¹⁰.

Grande herói romântico de Canaã, Milkau chega ao Brasil em busca da terra de promessa, disposto a estabelecer-se como colono, numa idealização da natureza, “expressão serena da arte”. Terminados os estudos universitários, mortos os pais, rumara de Heidelberg para Berlim, onde se vira perdido em sentimentos de vaga religiosidade e depressão, até partir para o Brasil.

Ao chegar em Porto do Cachoeiro, hoje Santa Úrsula, Milkau lamenta as “tendas da especulação” abertas por seus compatriotas e a “inevitável” ocupação daquela terra. Ele é quem convence o jovem von Lentz a não se fixar na cidade e a dedicar-se, em sociedade com o amigo, à lavoura. Diante da natureza majestosa, Milkau sente o espírito esmagar-se, dissolver-se na contemplação. O comércio não lhe atrai, “com suas formas grosseiras, seus estímulos baixos”. Considera trabalho digno apenas a agricultura; ou, nos países desenvolvidos, a indústria.

Milkau crê que a carga histórica do passado lhe privava, na Europa, da faculdade do julgamento. A vida simples e a isolamento de colono significam para ele a busca e realização

¹⁰ Descrição de Milkau (ARANHA, 2005, p. 27).

da liberdade como fundamento da solidariedade. Ao contrário de Lentz, não pretende aumentar seu lote de terras, ou enriquecer na colônia. Para Milkau, “*todo alvo humano é o aumento da solidariedade, é a ligação do homem ao homem, diminuídas as causas da separação. No princípio era a força, no fim será o amor*” (ARANHA, 2005, p.39).

A identificação da concórdia internacional com os termos da divisão internacional do trabalho é observada em outros autores do período. Também para Lima Barreto, *o fim da Civilização não é a guerra, é a paz, é a concórdia entre os homens de diferentes raças e de diferentes partes do planeta; é o aproveitamento das aptidões de cada raça ou de cada povo para o fim último do bem estar de todos os homens* (apud SEVCENKO, 1989, p. 190).

Milkau representa um socialismo utópico, de inspiração fraterno-solar (PAES, 1991). Para ele, *não há calma para a consciência, não há tranqüilidade no gozo, quando ao vosso lado sempre alguém morre de fome* (ARANHA, 2005, p.194). Vislumbra o dia em que *receberá a força orgânica da sua própria e pacífica harmonia com o meio ambiente* (ARANHA, 2005, p.78), eliminando o sacrifício de plantas e animais. Paes (1991) considera muito provável que Graça Aranha tenha buscado em Tolstoi inspiração para o personagem.

Embora por vezes suas idéias sejam levadas ao paroxismo, longe de ser uma voz solitária, Milkau expressa ideais de seu tempo. Seu *Todo homem está em causa, quando há sofrimento no Universo* (ARANHA, 2005, p. 179) é irmão do Karamazov que clamava sermos responsáveis por tudo e por todos perante todos¹¹.

Milkau reconhece no brasileiro a cordialidade e a simplicidade que se aproximam do seu ideal de cooperação fraternal. Nota-se já uma distinção entre raça e cultura, embora a segunda esteja, para Milkau, intrinsecamente ligada à primeira. Milkau aponta a fragilidade do conceito de raça¹², para logo em seguida retomá-lo, afirmando que “as raças civilizam-se

¹¹ Tese defendida por Alieski e seu guia espiritual Zózimo, em “Os Irmãos Karamazov”, publicado em 1879 (Dostoievski,2003).

¹² *Um dos erros dos intérpretes da história está no preconceito aristocrático com que concebem a idéia de raça. Ninguém, porém, até hoje soube definir raça e ainda menos como se distinguem umas das outras.;fazem-se*

pela fusão” e que o papel dos “povos superiores” é desdobrar sua cultura, permitir que o produto dessa fusão chegue a outros povos.

Os homens se unem solidariamente pelo sofrimento. A sensibilidade é fonte do amor, da religião e da arte (ARANHA, 2005, p.40). Para Milkau, a dor é boa porque desperta a consciência adormecida; é bela porque une os homens; é fecunda fonte do desenvolvimento, poesia e arte; é religiosa porque aperfeiçoa os homens e explica as franquezas (ARANHA, 2005, p. 204).

A civilização – acredita – desloca-se entre os povos, desliza num movimento contínuo de ascendência e queda:

E, depois, qual é a raça privilegiada para que só ela seja o teatro e o agente da civilização? Houve um tempo na história em que o semita brilhava na Babilônia e no Egito, o hindu nas margens sagradas do Ganges, e eles eram a civilização toda (ARANHA, 2005, p. 37).

Milkau considera a falta de homogeneidade a causa principal da instabilidade do país. Trata-se de uma idéia básica da ciência política da época, consensual entre os personagens de Canaã. Se até aí Milkau concorda com seus interlocutores – Paulo Maciel e Lentz –, em tudo o mais suas idéias se opõem a eles. Não há sociedade sem abalos; para Milkau, o momento de crise em que se encontra o país significa a luta de dominados e dominadores. Sem ela, imagina, não seria possível formar a raça intermediária de mestiços, verdadeira “liga nacional” (ARANHA, 2005, p. 192) que dominava o exército e as instituições.

Apenas raças estacionadas, que não se fundiam com outras, permanecem no estado selvagem. A cultura brasileira se faria sob esse fundo de população mestiça, dissolveria nele os imigrantes, até formar uma raça de “novos brancos”, que reconheceriam a herança mestiça do país.

sobre isso jogos de palavras, mas que são como esses desenhos de nuvens que vemos ali no alto, aparições fantástica do nada (ARANHA, 2005, p.37)

A história de Maria Perutz abala a utopia de Milkau. Ele conhece a jovem num baile da colônia e, mais tarde, a re-encontra numa situação trágica. Filha de imigrantes, Maria perdera o pai na travessia do Atlântico. A mãe empregou-se na casa do velho colono Augusto Kraus e morreu poucos anos depois. A menina cresceu com a família de Kraus – filho, nora e neto – em relativa harmonia. Maria e o jovem Moritz se enamoram às escondidas.

Com a morte do velho, porém, a situação de Maria na família se modifica. Desconfiados, os pais – que planejam o casamento de Moritz com uma jovem rica – o mandam para outra localidade. Moritz parte sem se abalar e Maria descobre que está grávida. É expulsa da casa e vaga a ermo, vítima do desprezo de todos. Entrega todos os seus pertences à dona de uma hospedaria, em troca de abrigo. Lá, pena como um cão até re-encontrar Milkau, que paga a conta e recupera seus pertences. Maria emprega-se numa fazenda de café, em Rio Doce, junto a conhecidos de Milkau. Lá, desmaia ao sentir as dores do parto. O bebê nasce, é devorado por porcos selvagens e a mãe, presa por infanticídio. Maria enlouquece. Na prisão, Maria é assediada pelos soldados negros, bêbados, todas as noites. Passa fome e é espancada por sua obstinada recusa.

Milkau fica muito abalado ao saber da prisão. Visita Maria, levantando suspeitas da comunidade sobre a paternidade do bebê morto. As teses de Milkau sobre sofrimento são postas à prova. Milkau liberta Maria da prisão e juntos vagam pelos campos em busca da terra da promessa, onde a bondade corre *espontânea e abundante, como água sobre a terra* (ARANHA, 2005, p. 206).

O transe místico e enlouquecimento de Milkau encerram Canaã: *Não corras... É inútil... A terra da promessa, que eu ia te mostrar e também ansioso buscava, não a vejo mais... Ainda não despontou à Vida. Paremos aqui e esperemos que ela venha vindo no sangue das gerações redimidas* (ARANHA, 2005, p. 79).

4.2 LENTZ

Nós renovaremos a nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade.¹³

Se, para Milkau, a vinda para o Brasil fez parte de um ideal de vida campestre e idílico, o filho do general Barão von Lentz chegou “governado pelo imprevisto”. Envolvido amorosamente com uma jovem de sua classe social, não suportou o desprezo da família e de seus companheiros por ter-se recusado a um casamento “reparador”.

Lentz partiu em busca de um novo domínio, livre dos preceitos cristãos, onde se pudesse erguer “o reino da força radiante e da beleza triunfal”. É bastante evidente a influência da moral nietzscheana no personagem, em sua apologia da força, desprezo pelos fracos e pela ideologia cristã de redenção através do sofrimento.

A amizade de Milkau o convence a desistir do comércio e estabelecer-se como colono. Antagonista por excelência de Milkau, Lentz vê na guerra a profissão digna do homem. O mundo deveria ser a “morada deliciosa do guerreiro”. Estabelecido como colono, prefere a caça à agricultura. Planeja expandir seu lote, enriquecer e realizar – em escala individual – aquilo que, imagina, os europeus realizarão no Brasil: renovar e enriquecer o país; não o país mestiço e agrário, mas uma nação branca erguida pelos imigrantes. Sonha com a chegada dos imigrantes e com a construção de uma nova Germânia:

Eles viriam numa ânsia de posse e domínio, com sua áspera virgindade de bárbaros, em coortes infinitas, matando os homens lascivos e loucos que ali se formaram e macularam com suas torpezas a terra formosa; eles o eliminariam com ferro e fogo; eles se espalhariam pelo continente, fundariam um novo império (...) (ARANHA, 2005, p. 71)

Para Lentz, a exuberância natural do país é vista como embaraço à civilização, mas não um empecilho intransponível. O homem brasileiro, “híbrido”, seria este sim o

¹³ Lentz expressa sua megalomania (ARANHA, 2005, p. 33).

verdadeiro fator limitador do progresso. Trata-se de um racismo agressivo, que não vê possibilidades de civilização dos nativos. Animais híbridos, como se sabe, são estéreis.

Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro (ARANHA, 2005, p. 38).

A cultura estaria invariavelmente subordinada à raça. Lentz identifica – e venera – na Alemanha, a tendência imperial, a fibra belicosa, a tenacidade e a disciplina. Questionado por Milkau sobre a natureza abstrata e transitória da idéia de “pátria”, suavemente o refuta. Pátria, para Lentz, é a *civilização particular que nos fala ao sangue* (ARANHA, 2005, p. 160).

Do caráter nacional, poupa apenas a humildade e subserviência dos pobres, em contraste com os “pavorosos” proletários alemães, em “suas ambições de dominar o mundo”. Mesmo nessa comparação, está implícita, no sistema moral de Lentz, a superioridade dos que não se deixam dominar.

Línguas, culturas e civilizações duelam até a extinção dos mais fracos. Durante a demarcação de seu lote, Lentz admira o modo fluente como o mulato Joca, ajudante do agrimensor Felicíssimo, fala alemão, enquanto os colonos não dominavam o português (ARANHA, 2005, p.56). Trata-se, para ele, de um indício de fraqueza do povo e dominância da cultura germânica.

A natureza é metáfora freqüente do darwinismo social. Lentz vê na floresta o fruto da luta, da vitória do forte; a beleza de cada árvore vem também da morte das muitas coisas que tombaram para sua sobrevivência. A própria agricultura é para ele um ato de força, de destruição da vida para criar a vida. *E depois, que alma tem esta árvore? E que tivesse... Nós a eliminaríamos para nos expandirmos* (ARANHA, 2005, p. 79).

O belicoso Lentz parece, por vezes, a antecipação da Alemanha nazista já em 1902. Ao decorrer de Canaã, porém, o Brasil abrandar-lhe o espírito, contrariando suas próprias teorias. Há, porém, imensos abismos entre intenção e gesto.

A agressividade do discurso racial de Lentz não passa de palavras a ações. No desenrolar do enredo, permanece colono, amigo e parceiro fiel, quiçá condescendente, de Milkau. A tragédia de Maria Perutz o comove, abalando a crença na força e na belicosidade. E, por fim, rende-se ao país: *No desespero, quis voltar ao incriado, extinguir tudo, e gerar novos seres, que não fossem a sua imagem, que não fossem divinos, que gemessem, que morressem, e fossem humanos* (ARANHA, 2005, p. 201)

4.3 PAULO MACIEL

A decadência aqui é um misto doloroso de selvageria dos povos que desapontam para o mundo e do esgotamento das raças acabadas.
(ARANHA, 2005, p. 191)

Paulo Maciel é juiz municipal de Porto de Cachoeiro, mesmo cargo ocupado por Graça Aranha na juventude. É casado e pai adotivo de uma criança espanhola. Maciel torna-se interlocutor freqüente de Milkau no decorrer do processo contra Maria. O amigo percebe em Paulo Maciel uma delicadeza de espírito e inteligência mais fina que a dos outros brasileiros.

Nos encontros com Milkau, avaliam a justiça brasileira e a situação do país. Maciel considera o “hoje” republicano o declínio e a decomposição de um país onde, no passado, já houve “aparência de justiça”. A própria sobrevivência do regime republicano estaria ameaçada pela perversão dos governantes e de todo o sistema de poder: magistratura, militares, clero e funcionários (ARANHA, 2005, p. 191). Nota-se a influência da teoria da

degeneração no pensamento do juiz municipal: o Brasil é, para ele, um país em declínio, marcado pelo “esgotamento das raças acabadas” e selvageria do povo mestiço em formação.

A correção de Paulo Maciel contrasta com a corrupção e prepotência dos outros funcionários. O juiz municipal não tem, porém, força para resistir à pressão dos outros magistrados e do escrivão Pantoja. Este, seu subordinado hierárquico, comenta o caráter de Maciel: *dá-se um berro com ele, e tudo vai direito*. (ARANHA, 2005, p. 178).

Para Maciel, o Brasil vive um regime colonial, disfarçado de nação livre. A libra inglesa é a verdadeira moeda do país; vapores, estradas de ferro e tudo o que representa o progresso pertence aos estrangeiros (ARANHA, 2005, p.129). Admira os estrangeiros, apesar da melancolia de ver esfacelar-se o seu país.

Maciel compartilha com Lentz a visão bastante negativa da índole brasileira, em contraste com o espírito alemão. Sua identificação com o Brasil mulato republicano é reduzida:

Se eu tivesse algumas gotas de sangue africano, com certeza não estaria aqui a me lamentar... O equilíbrio com o país seria então definitivo... Pantoja, Brederodes... estes não marcham firmes e seguros?... Não são os donos da terra?... Por que não nasci mulato?...(ARANHA, 2005, p. 193).

Para Paulo Maciel, a ausência de um fundo moral comum, a dissimilaridade entre os brasileiros, é elemento propulsor do caos. Maciel percebe nos brasileiros uma candura indolente, inadaptada às exigências da modernidade. Vê, porém, na mestiçagem que despreza, uma formidável capacidade de adaptação. O mestiço, mais adaptado ao meio físico e representante das qualidades médias de todos, tenderia a governar o país.

Essa idéia de mestiçagem como fator de igualação dos homens foi comum a diversos pensadores do período, como Sílvio Romero. Paes (1991) ressalta a similaridade dessa idéia com a média racial adaptada à ambiência tropical, com o sertanejo forte idealizado por Euclides da Cunha.

Os mulatos de Canaã, porém, têm um quê de sórdido. Personificam o abuso do poder público e a corrupção, uma “incapacidade de raça para a civilização” (ARANHA, 2005, p.193). Para Maciel, apenas a conquista do país pela Europa, e o conseqüente branqueamento do povo, abririam caminho para a civilização.

Alencar (2001, p.17) recupera o “dilema do mazombo”, descendente europeu inseguro de sua identidade, dividido entre velho e novo mundos: *De um lado do mar, sente-se a ausência do país. Do outro, a ausência do mundo*¹⁴. Nem europeu, nem genuinamente brasileiro, é com tristeza que Maciel testemunha o que considera a decadência de seu país: *tudo desmorona em torno de mim. Já ninguém aqui se entende, e não tarda que eu mesmo seja estranho a tudo e nada mais sinta em comum com aqueles que são homens da minha terra* (ARANHA, 2005, p.196).

¹⁴ Síntese de Nabuco sobre o estado de espírito do branco brasileiro (apud ALENCAR, 2001, p.17)

TIPOS BRASILEIROS EM 3X4

Compara este povo com os homens de outras terras, onde cada um parece possuído do espírito do demônio (...). Aqui ao menos é a serenidade, é a calma, é a alegria.

Mas – observa Lentz, traçando no rosto um gesto de desdém – , no fundo isso é estagnação, é uma existência vazia e inútil¹⁵.

Além dos grandes debatedores há, em Canaã, uma série de personagens secundários que retratam tipos brasileiros, como percebidos por Graça Aranha. Ao contrário do principal personagem brasileiro – o juiz municipal Paulo Maciel –, são, em geral, negros e mestiços. Enquanto realizam suas atividades cotidianas e exprimem, eles também, “suas” visões do Brasil, vão pincelando um panorama do país.

São personagens lineares, que trazem já nos nomes pistas do tipo que representam. O primeiro homem com quem Milkau conversa, logo na chegada, é um “preto velho”. Sua voz ecoa lamentos do passado. O único personagem negro, arquétipo do escravo brasileiro, permanece sem nome e logo desaparece das páginas de Canaã.

Em seguida, Milkau e Lentz conhecem o agrimensor Felicíssimo, que marca seu lote de terras e se torna amigo dos alemães. A cordialidade dos tipos populares, como o agrimensor Felicíssimo, contrasta com a arrogância dos representantes do poder: o escrivão Pantoja, conhecido como Capitão ou Maracajá; o juiz Itapecuru; e o promotor Brederodes.

¹⁵ Diálogo de Milkau e Lentz (ARANHA, 2005, p. 102)

Pantoja, por alcunha Maracajá, é um tipo malandro, corrupto e escorregadio – maracajá (*leopardus wiedi*) é o popular gato-do-mato, conhecido felino brasileiro. O juiz Itapecuru, que recebeu este nome na febre indianista do país, em substituição ao Sousa de possível origem galega (ARANHA, 2005, p 132) é, naturalmente, um acadêmico nacionalista. Brederodes, também nacionalista, tem sexualidade exacerbada e caráter violento. Detesta os imigrantes.

O Brasil destes personagens é uma república mestiça, corrupta e aparelhada, que remete ao colonial “*inferno do negro, purgatório do branco e paraíso dos mulatos e das mulatas*” – aforismo racista fixado pelo jesuíta italiano Antonil (DA MATTA, 2001).

5.1 OS HOMENS DA TERRA: FELICÍSSIMO E O “PRETO VELHO”

Os homens do povo são retratados por Graça Aranha como dóceis e hospitaleiros. Milkau entusiasma-se pelo caráter pacífico do brasileiro, por sua “calma estampada nas linhas do rosto” e “resignação amorosa” (ARANHA, 2005, p. 74). Lenz reconhece essa docilidade, mas a estagnação e indisposição para o trabalho que lhe parecem correlatas traçam para ele um perfil bastante pessimista do caráter nacional.

Os brasileiros de Canaã não parecem, de fato, muito afeitos ao trabalho. O agrimensor Felicíssimo dá vazão à sua “nativa e tranqüila vadiagem” (ARANHA, 2005, p. 25) entre passeios e copos de cerveja. O “preto velho”, saudoso da escravidão, lamenta ter agora que *caçar de comer, comprar de vestir e trabalhar como um boi para sobreviver* (ARANHA, 2005, p.18).

Mesmo Milkau, que admira a postura servil do homem diante da natureza que ainda não conseguiu dominar e, em seu otimismo incessante, considera este “início da civilização” um belo quadro, angustia-se com a ruína das antigas fazendas e a penúria dos escravos.

5.1.1 “Preto velho”: estrangeiro em sua própria terra

*De brasileiro, o governo tirou tudo, fazenda, cavalo e negro...*¹⁶

A descrição das propriedades rurais tradicionais, em Canaã, é desoladora. A caminho de Cachoeiro, Milkau atravessa uma antiga fazenda de café. No casarão abandonado, o vulto de um coronel preside “o desmoronar silencioso de restos de cultura” (ARANHA, 2005, p.51).

Lá, Milkau conhece o “preto velho” e sua família: a filha suja e despenteada, o netinho nu. O ex-escravo conta que, proclamada a abolição, as fazendas foram abandonadas. Alguns debandaram; outros permaneceram, como ele, arrendando terras de antigos senhores.

O lamento do “preto velho” e sua nostalgia da escravidão denunciam, em Canaã, a falta de perspectivas dos ex-escravos: *Ah! Tempo bom de fazenda! (...) Que importava o feitor? Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia e quando era sábado, véspera de feriado, ah! Meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada* (ARANHA, 2005, p.18).

No “queixume de eterno escravo”, Milkau reconhece a “resignação dos esmagados”. Esta era a percepção hegemônica no período, conforme indica o comentário do abolicionista Joaquim Nabuco: *Os escravos de engenhos nordestinos não só não se revoltavam contra sua condição, como demonstravam gratidão aos senhores, a quem tudo davam* (AZEVEDO, 2001, p.89).

Uma observação do Código Criminal do Império Brasileiro traça um quadro mais pessimista da situação dos escravos. Koerner (2006) sublinha que, exceto em caso de condenação à morte ou às galés, as penas dos cativos eram comutadas em açoites, sem prejuízo de serem obrigados a trabalhar presos a ferros nas fazendas de seus donos ou

¹⁶ “Preto Velho” critica a abolição, a política imigratória e as bandeiras da modernidade (ARANHA, 2005, p. 19)

estabelecimentos públicos. Os proprietários também poderiam mandar prender escravos não-condenados, para “correção”. Tanto houve revoltas significativas que, em resposta aos levantes de escravos no início da década de 1830, a Lei de 10.6.1835 ampliou os casos de pena de morte para escravos. A condenação era tomada pelos júris locais, sem direito a apelação ou pedido de graça.

O mito da reduzida resistência dos africanos à escravidão, presente na fala do “preto velho” ecoou até meados do século XX. No clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, Prado Jr. (1965) dá atenção reduzida às revoltas negras, retratadas como movimentos isolados e, pode-se dizer, exceção à regra.

“Pretos-Velhos” são entidades espirituais cultuadas na Umbanda – religião de origem afro-brasileira. São marcados pela estabilidade, tranqüilidade e paz. O 13 de maio, data da abolição, é dia dos “Pretos-Velhos” na Umbanda¹⁷, destoadado do elogio da escravidão pelo “preto velho” Canaã.

Mais do que defender a escravidão, porém, o personagem “preto velho” ataca a “modernidade”, que não absorveu o seu mundo, e a preferência dada aos estrangeiros pelo governo republicano. Se os imigrantes, que viu chegarem sem nada, têm casa, cafezal, “burrada” (ARANHA, 2005, p.19) é porque o governo nada faz pelos brasileiros, “só pune por alemão” (ARANHA, 2005, p.18).

Quatorze anos após a publicação de Canaã, o diretor do Serviço de Localização dos Trabalhadores Nacionais¹⁸, concordaria com o “preto velho”. Aos nacionais, parecia estar reservada a missão de desbravar os sertões, deixando aos imigrantes terras menos inóspitas:

“Não posso crer que na expressão – ‘regiões inapropriadas à colonização estrangeira’ – entrasse o propósito de reservar para esta as boas terras, devolvendo as ruínas aos nacionais. Seria muito ceder a um preconceito que, desgraçadamente, existe. Mas, que sentido dar a tal expressão?” (apud NAXARA, 1998, p. 62)

¹⁷ Conforme o programa *Falando de Umbanda*, apresentado pelos sacerdotes umbandistas Jorge Scritori e Alexandre Cumino, no dia 12/05/2006.

¹⁸ Serviço criado em 1910 e regulamentado através do decreto nº 8072

5.1.2 Agrimensor Felicíssimo: o homem cordial

Felicíssimo era o interprete da região. Como perfeito sabedor, dava nome às coisas e designava os lugares (ARANHA, 2005, p. 27).

O agrimensor Felicíssimo, que demarca o lote de terra de Milkau e Lentz, apresenta-os a terra, os costumes e as pessoas. Hospitaleiro e alegre até a redundância, o cearense conquista a amizade dos alemães.

O agrimensor acompanha Milkau e Lentz em passeios, *dando assim expansão aos instintos da sua nativa e tranqüila vadiagem* (ARANHA, 2005, p.25). Tenta impressioná-los: dá-se ares de importância e intimidade com os moradores da colônia, enaltece os alemães: *Estes alemães têm olho... Se fossem brasileiros, estava tudo arreventado* (ARANHA, 2005, p.26). Se, em algum momento, critica os colonos e suas relações privilegiadas com o governo, logo a zanga passa e retoma a sua afabilidade natural.

Muito mais integrado que o “preto velho”, Felicíssimo também peleja com a modernidade em seu trabalho. Pergunta, compenetrado, se Milkau e Lentz conhecem o teodolito – *Grande invento! Sem ele não sei como me arranjar!*. Em sua dedicação ao instrumento, assume presunção pouco usual: espia, mede, retifica as lentes, acusa os trabalhadores de o terem quebrado... Até, finalmente tomar as medidas do lote com a velha fita métrica – único instrumento que de fato conhece, e sempre utiliza. (ARANHA, 2005, p.80-82).

5.2 AS VOZES DO PODER: ITAPECURU, PANTOJA E BREDERODES

A chegada dos representantes da justiça à colônia é marcada pelo autoritarismo desde o anúncio. Montado numa besta, um mulato avisa ao atemorizado Franz Kraus, patrão

de Maria, que o poder pernoitará em sua casa: *Prepare do que comer... e do melhor!* (ARANHA, 2005, p. 118).

Logo o grupo chega, ruidoso em suas demandas: *Traga Parati! (...) Mas que seja do bom.(...) Não há mais copos nesta casa?* (ARANHA, 2005, p.120). São cinco: o juiz de direito Itapecuru, o juiz municipal Paulo Maciel – futuro interlocutor de Milkau –, o promotor Brederores, o escrivão Pantoja e um meirinho (funcionário ocupante de cargo subalterno).

O grupo, que fora fazer o inventário do falecido Augusto Kraus, logo passa a chamar os colonos, amedrontando-os com extorsões. Paulo Maciel ensaia uma recusa aos métodos dos magistrados¹⁹, mas logo cede. A truculência dos representantes do poder contrasta, em Canaã, com a apregoada docilidade do povo brasileiro. Se, até então, os colonos dominavam o país, diante dos magistrados eles são relutantes e temerosos. Os homens, sobretudo Brederodes, perseguem e assediam Maria. *A pobre, porém parecia fria e indiferente às frases atrevidas, imorais, com que a cobriam os sujeitos da justiça* (ARANHA, 2005, p.131).

O comportamento caricatural dos personagens denuncia o aparelhamento da justiça e a corrupção do país, em todos os níveis de poder. Em Canaã, nem mesmo o carcereiro aparecia com frequência na cadeia: *tinham-lhe dado, como é de hábito no país, o emprego para remunerar serviços eleitorais, em que era excelente* (ARANHA, 2005, p. 191).

A ascensão do mulato, mais autêntico brasileiro de Canaã, é concomitante, no livro, com abusos de poder e violência. Os personagens mestiços ocupam cargos importantes na política (“Capitão” Pantoja) e no judiciário (promotor Brederores). Este poder, porém, é utilizado para obter vantagens pessoais, sem qualquer respeito ao princípio “republicano” de

¹⁹ *É melhor deixar essa pobre gente em paz. Não sendo grande coisa, não nos adianta* (ARANHA, 2005, p.124).

igualdade. *Os poucos patriotas que temos*, lamenta Paulo Maciel, *são ainda homens cheios de ódio* (ARANHA, 2005, p. 191).

5.2.1 Itapecuru: a febre nativista

Não é de balde que me chamo Itapecuru. É a marca nativista que trago da Academia (ARANHA, 2005, p. 132).

Nascido Manoel Antônio de Sousa, o juiz de direito adotou o novo sobrenome durante a onda nativista inspirada pelo indianismo de José de Alencar e Gonçalves Dias²⁰. Sátira do cientificismo, o “Simão Bacamarte”²¹ de Canaã considera-se capaz de concluir com segurança quais os sentimentos psicológicos de um indivíduo estudando-lhe apenas os hábitos – ; por exemplo, o que essa pessoa come (ARANHA, 2005, p. 126-127).

Itapecuru cita latim para um alemão (ARANHA, 2005, p. 176), menciona sua estada na Europa e floreia suas conversas com referências a estadistas franceses (ARANHA, 2005, p. 126). Mesmo o juiz municipal e o promotor, que se tratam por “você”, chamam-no de “doutor”.

Itapecuru é entusiasta caricatural do positivismo. Crê que a Espanha caiu por não ser capaz de enfrentar a concorrência de “povos mais analíticos”²². Afirma que, inevitavelmente faltaria, ao brasileiro, “espírito de análise”. (ARANHA, 2005, p. 126-127).

O juiz de direito retira, porém, estas palavras ao perceber a reprovação de Brederodes. Durante a maior parte da sua estada na colônia, dedica-se a convencer os companheiros de seu arraigado nacionalismo. Teme o prejuízo político-financeiro da

²⁰ *Quando Gonçalves Dias e Alencar deram o grito de alarma no Brasil, pelo caboclo, nós estudantes respondemos ao nosso modo. (...) Foi um movimento geral. Cada um tomou um nome indígena, e daí os Tupinambás, os Itabaianas, os Gurupis* (ARANHA, 2005, p. 132).

²¹ Personagem de “O Alienista” (MACHADO DE ASSIS, 2005) que satiriza a mentalidade cientificista que marca o Naturalismo o século XIX.

²² Provável alusão à guerra de 1898, entre Espanha e Estados Unidos, quando este apoiou as pretensões anticoloniais dos rebeldes nacionalistas cubanos.

discordância. Afinal, ele, Brederodes, e Pantoja têm um objetivo comum: arrancar, dos rincões do Espírito Santo, inventários e suas respectivas custas processuais – *Esta é nossa religião...* (ARANHA, 2005, p. 124).

5.2.2 Um certo “capitão” Pantoja

(...) um mulato velho, cor de azeitona, recordando nas linhas e na expressão inquieta, a cara do gato maracajá, como era sua alcunha (ARANHA, 2005, p. 120).

O escrivão Pantoja, conhecido por Capitão ou simplesmente Maracajá, é figura emblemática do Brasil de Canaã. O mulato é o verdadeiro senhor da terra, que defende com um nacionalismo enraizado: *Os senhores podem querer entregar a pátria ao estrangeiro, podem vendê-la, mas enquanto houver um mulato que ame este Brasil, que é seu, as coisas não serão tão simples, meus doutores* (ARANHA, 2005, p.127).

Chefe do partido político local, Pantoja é temido pelos magistrados. O nacionalismo do Capitão intimida o juiz de direito Itapecuru, que lamenta seus comentários pessimistas sobre a índole brasileira ao perceber a censura de Pantoja e tenta, *gaguejando, remendar o pensamento* (ARANHA, 2005, p.127).

O juiz municipal Paulo Maciel sustenta suas opiniões diante das críticas de Pantoja. Nas atitudes, porém, revela o poder que o Capitão exerce sobre ele. Quando Maciel, superior hierárquico de Pantoja, tenta dispensar inventários dos colonos muito pobres, não resiste à pressão do “chefe político, mandão da localidade” e seu argumento infame: *As custas são o azeite da máquina do foro...* (ARANHA, 2005, p.137).

Assim, os colonos vão, um a um, fazendo inventário de bens de seus parentes falecidos. Pantoja aumenta sobremaneira o valor das propriedades para inflacionar seus lucros. Os colonos, que não sabem ler português, ficam à mercê dos cálculos do escrivão:

quando se sabe espremer a mandioca, pode-se ver o que rende no fim da festa (ARANHA, 2005, p.124).

5.2.3 Promotor Brederodes

*(...) fogo no estrangeiro, nativista sempre. À bala!*²³

O promotor Brederodes é, dentre os personagens brasileiros de Canaã, o que apresenta xenofobia mais agressiva. A presença dos estrangeiros parece ameaçar seus domínios; teme por sua multiplicação, pela tomada do país. Nacionalista, detesta os colonos - “corja de alemães”, “velhacos” e “salteadores” (ARANHA, 2005, p.133, p.130 e p. 175).

O promotor utiliza o cargo para obter vantagens pessoais. Sua “falsa posição” (ARANHA, 2005, p.134) permite que exerça livremente sua arrogância com os colonos, cuja única função é, para ele, *sustentar e regalar a justiça* (ARANHA, 2005, p.137).

Brederodes personifica o suposto desequilíbrio de caráter do mestiço. Irascível, o promotor se exalta facilmente quando contrariado, seja nas conversas com Maciel, seja nas investidas sexuais à Maria (ARANHA, 2005, Cap. VI). Sua sexualidade é exacerbada e, “agitado de desejos lúbricos” (ARANHA, 2005, p. 133), tem freqüentes delírios sensuais na presença de Maria: *nos seus olhos turvos passavam miragens de volúpia* (ARANHA, 2005, p. 122). *Tornava-se-lhe o sangue impetuoso de desejos, e na mente nevrótica passavam perturbadores imagens sensuais* (ARANHA, 2005, p. 133).

Brederodes torna-se o mais enérgico acusador de Maria, ressentido pela recusa sofrida – *fez-se de fina, de pudica comigo, e aí está o que ela era; mas agora liquidaremos*

²³ Alusão de Brederodes à Revolta da Armada (1893-1894), quando o marechal Floriano, perguntado sobre como receberia o desembarque de pequenos contingentes navais ingleses, respondeu: “À bala!” (ARANHA, 2005, p.130).

contas (ARANHA, 2005, p. 175-176). O personagem exerce contra a jovem seu ódio aos imigrantes e desprezo às mulheres. É a figura mais detestável de Canaã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de Canaã permite traçar um panorama polifônico dos conceitos da virada do século XIX sobre raça, suas imbricações com cultura e formação do povo brasileiro. Se o racismo científico era então hegemônico, nem por isso se pode subestimar a variedade de teses que tinham influência na época, reduzindo o fenômeno do racismo – e suas implicações nas políticas públicas do país – a um reflexo inevitável das limitações intelectuais do período.

A busca de uma identidade nacional perpassou o pensamento intelectual brasileiro desde a independência política. Num contexto escravocrata, a necessidade de distanciamento dos colonizadores europeus aliada à situação de escravidão dos negros e à própria dificuldade em encontrar um tipo brasileiro geral, presente em todas as regiões, levou à idealização dos indígenas e à escolha destes como arquétipo nacional. Mais tarde, esta busca estaria menos centrada em “origens” e sim em ideais de “progresso”, perseguindo a europeização do país, num debate em torno da formação de um povo brasileiro muito mais complexo que o indianismo independentista.

Algumas percepções sobre o caráter nacional – como a cordialidade dos trabalhadores e a heterogeneidade como razão principal da instabilidade do país – são comuns aos três grandes debatedores de Canaã. A visão do brasileiro cordial, amigável e quiçá indolente é reiterada pela representação de personagens como o “preto velho” e o agrimensor Felicíssimo no romance. Os personagens discordam radicalmente, porém, sobre as implicações destas características: onde Lentz e Maciel vêem fraqueza, Milkau enxerga apenas doçura.

A miscigenação é apresentada, pelas diferentes teses, como possibilidade de desenvolvimento ou fator de degeneração. A crença de Milkau na emergência de novo homem através da miscigenação alimenta um inabalável otimismo que neutraliza o temor de que a sobreposição de culturas brutalizasse o caráter nacional. O pessimismo esperançoso de Maciel vê na miscigenação a possibilidade de futuro branqueamento do país, com substituição da cultura tradicional, “atrasada”, por um modo de vida mais adaptado à modernidade – substituição esta que acarretaria mudanças tão radicais que marcariam o fim da cultura brasileira. Já Lentz acredita que a imigração representará não o acréscimo de novos elementos à fusão racial do país, mas o declínio e extinção do brasileiro “fragilizado pela mestiçagem”, que não resistiria à competição com povos “superiores”.

Lentz crê que a cultura é determinada por fatores raciais. Admira a disciplina, a belicosidade e a tendência imperial da Alemanha. Essa visão de cultura como metacampo da biologia é parcialmente compartilhada por Paulo Maciel, mas questionada por Milkau. Ele esboça distinção entre raça e cultura, chegando mesmo a questionar a validade das distinções de raça – embora continue, ao longo dos diálogos, adotando raça como categoria instrumental.

O racismo agressivo de Lentz é posto em xeque, em Canaã, pela própria pacificação de sua índole, no decorrer da permanência no Brasil. Ao final do romance, Lentz chega mesmo a sonhar com homens que não fossem mais a sua imagem e semelhança, homens mestiços e demasiadamente humanos. A utopia de Milkau esbarra em tragédias e termina no enlouquecimento do personagem. Apenas o incrédulo e por vezes cínico Paulo Maciel não assiste ao desmoronamento de suas idéias.

Em síntese: embora se possa, um tanto forçadamente, identificar as teses defendidas em Canaã com as do personagem Paulo Maciel, o espectro de idéias da obra é amplo. O racismo “esclarecido” não é apenas uma excrescência curiosa, em mesmo engraçado, do pensamento científico do passado, mas uma força construtiva que atuou na

configuração do presente e legitimou políticas – agressivas ou pacíficas – e enfrentou também contestações e disputas na constituição de sua hegemonia, provavelmente jamais tendo chegado a alcançar o grau de consenso nos meios intelectuais e na grande mídia que o anti-racismo conquistou após a segunda guerra mundial.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Graça. **Canaã**. São Paulo: Martin Claret, 2005 (Edição original: 1902).
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem Precisa de São Nabuco? **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-546X2001000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 13 set. 2006
- ALENCAR, José Almino. **O Brasil é fatalmente uma democracia: Sílvia Romero**. Texto apresentado no seminário "Repensando o Brasil com Sílvia Romero", promovido pela Fundação Biblioteca Nacional em 2001. Disponível em:
http://fcrb1.rionet.com.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_JoseAlminoAlencar_OBrasil_fatalmente_uma_democracia.pdf . Acesso em: 10 nov. 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil, 500 Anos de Povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 12ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ISER, W. **O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- LEFORT, Claude. Nação e Soberania. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 57-78.
- KOERNER, Andrei. **Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX**. São Paulo: Lua Nova, n. 68, 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 20 Dez 2006. doi: 10.1590/S0102-64452006000300008. Acesso em: 15.dez 2006
- MACHADO DE ASSIS. **O Alienista**. São Paulo: Nacional, 2005
- MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MASSAUD, Moisés. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1984.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua Própria Terra**: representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998

PAES, José Paulo. Canaã e o ideário modernista. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 13, dez. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300010. Acesso em: 14 nov. 2006

PLATÃO. **A república**. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943

ROMERO, Sílvio. **Contos Populares do Brasil**. São Paulo: Landy, 2002.

ROMERO, Sílvio. **Provocações e Debates**. Porto: Livraria Chardron, 1910

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da Miscigenação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n.20, abr. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017. Acesso em: 12 out. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa – Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Asia**, 23 (1999), 87-144.

SILVEIRA, Renato. Etnicidade. In Rubim, Albino (org). **Cultura e Sociedade**. Salvador: Edufba, 2005

SOUZA, Ricardo Luiz. Método, Raça e Identidade Nacional em Sílvio Romero. **Revista de História Regional**, v. 9, n. 1, p. 9-30, 2004.

ZOLA, Emile. **Do Romance**. São Paulo: Edusp, 2004.

Anexo I

Biografia – Graça Aranha

Fonte: Academia Brasileira de Letras (www.academia.org.br)

Fundador da Cadeira 38. Recebeu o Acadêmico Sousa Bandeira.

José Pereira da Graça Aranha nasceu em 21 de junho de 1868, na capital do Estado do Maranhão, filho de Temístocles da Silva Maciel Aranha e de Maria da Glória da Graça. Faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1931.

Formado em Direito exerceu a magistratura no interior do Estado do Espírito Santo, fato que lhe iria fornecer matéria para um de seus mais notáveis trabalhos - o romance *Canaã*, publicado com grande sucesso editorial em 1902.



Ao traçar-lhe o perfil, o romancista Afrânio Peixoto se manifestara da seguinte forma: "Magistrado, diplomata, romancista, ensaísta, escritor brilhante, às vezes confuso, que escrevia pouco, com muito ruído."

Na França publicou, em 1911, o drama *Malazarte*. De 1920, já no Brasil, é *A estética da vida* e, três anos mais tarde, *A correspondência de Joaquim Nabuco e Machado de Assis*.

Na famosa Semana da Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, Graça Aranha profere, em 13/02/1922, a conferência intitulada: "A emoção estética na arte moderna".

Iniciou-se uma fase agitada nos círculos literários do país. Graça Aranha é considerado um dos chefes do movimento renovador de nossa literatura, fato que vai acentuar-se com a conferência "O Espírito Moderno", lida na Academia Brasileira de Letras, em 19 de junho de 1924, na qual o orador declarou: "A fundação da Academia foi um equívoco e foi um erro".

O romancista Coelho Netto deu pronta resposta a Graça Aranha: "O brasileirismo de Graça Aranha, sem uma única manifestação em qualquer das grandes campanhas libertadoras da nossa nacionalidade, é um brasileirismo europeu, copiado do que o conferente viu em sua carreira diplomática, apregoado como uma contradição à sua própria obra."

Em 18 de outubro de 1924, Graça Aranha comunicou o seu desligamento da Academia por ter sido recusado o projeto de renovação que elaborara: "A Academia Brasileira morreu para mim, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil. Se fui incoerente aí entrando e permanecendo, separo-me da Academia pela coerência."

Diplomata aposentado, Graça Aranha regressara ao Brasil pouco depois do término da 1ª. Guerra Mundial.

O Acadêmico Afonso Celso tentou, em 19 de dezembro do referido ano, promover o retorno de Graça Aranha às lides acadêmicas. Este, contudo, três dias depois, agradeceu o convite, acrescentando: "A minha separação da Academia era definitiva", e, mais: "De todos os

nossos colegas me afastei sem o menor ressentimento pessoal e a todos sou muito grato pelas generosas manifestações em que exprimiram o pesar da nossa separação".

Em 1930 surgia Viagem Maravilhosa, derradeiro romance do autor de Canaã, obra em que a opinião dos críticos da época se dividiu em louvores e ataques.